



“É raro que se envolvam em crimes de violência, o fator está relacionado ao companheiro”

Mario Esbalqueiro, juiz da 1ª Vara de Execuções Penais

Canguru

Pai solteiro tenta evitar que prefeitura derrube sua casa

Fernanda Freitas

Um pai solteiro foi notificado pela Emha (Agência Municipal de Habitação) para desocupar terreno que mora com os dois filhos no Jardim Canguru – região sul de Campo Grande. O prazo estipulado pela prefeitura era de 48 horas e já expirou.

Sérgio Luiz, 26, tem um casal de filhos, de 6 e 7 anos, e há dois meses está morando em um barraco no local. Ele conta que está inscrito no programa de habitação desde quando ainda morava na antiga favela Cidade de Deus, mas que até agora não foi contemplado e por não ter para onde ir, invadiu o terreno. “Para onde eu vou com as minhas crianças?”, questiona, indignado. “Eu realmente não tenho para onde ir, se tivesse, acha mesmo que estaria aqui com as crianças pequenas?”, pergunta.

Sérgio vive com os filhos desde a separação há sete meses e na sexta-feira terá a guarda dos filhos. “Porque

tirou então da Cidade de Deus, me sinto excluído pela prefeitura”, diz.

O morador conta que atualmente vive com um salário mínimo proveniente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e com a ajuda de vizinhos e amigos. Ele não trabalha há pelo menos um ano por motivos psicológicos.

Ontem, Sérgio Luiz esteve na Emha em mais uma tentativa de achar um local ou permanecer no terreno invadido, mas novamente a ajuda foi negada. “Não tenho para onde correr”.

Procurada, a prefeitura respondeu, em nota, que Sérgio “não havia procurado a Emha para verificar o seu encaminhamento. Mesmo dizendo que era morador da Cidade de Deus não comprovou tal fato e não tem documentos da guarda dos filhos. A invasão do terreno é um fator agravante para perder o direito de inscrição na Emha”, informou a prefeitura. (Com Gabriel Neris)

Guilherme Pimentel



Sérgio Luiz mora com os filhos em barraco com apenas camas e televisão

Aplicativo O Estado Online
Baixe, é grátis.
Baixe, é grátis.
Available on the iPhone App Store
ANDROID APP ON Google play
www.oEstadoOnline.com.br

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO CMO

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 07/2016-B ADM AP CMO
A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos da Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste (UASG 160530) torna público que será realizada no site www.comprasgovernamentais.gov.br a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 7/2016. OBJETO: registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/08/2016, às 10:00 h (horário de Brasília). O edital poderá ser obtido através do site www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores esclarecimentos serão fornecidos por meio do telefone (67) 3368-4042.
Campo Grande-MS, 20 de julho de 2016
ISSAMU NAKAJIMA – Ten Cel
Ordenador de Despesas da B Adm Ap CMO

PRIME
Clean
s e r v i c e
www.primecleanservice.com.br

Auxiliar de Serviços Gerais
Auxiliar em Limpeza
Reformas em Geral
Pinturas em Geral
Serviços Elétricos
Serviços Hidráulicos
Copeira

Limpeza de Vidro
Limpeza Pós Obra
Jardineiro
Limpeza Hospitalar
Portaria
Serviços CFTV
Recepcionista

Telefone: (67) 3029 1202 | Rua Paulo Tognini, 305 | Jardim Paulista
CEP 79050 120 | Campo Grande/MS

Vistoria

Falta regulamentação para que animais sejam transportados

Ônibus não têm estrutura para que os bichos acompanhem seus donos

Nilce Lemos

A morte de dois cachorros que foram transportados no bagageiro de ônibus intermunicipal do Estado resultou em um pedido de vistoria do MPE (Ministério Público Estadual) nas empresas de transporte. O objetivo era averiguar as condições dos ônibus para fazer o transporte dos bichos de estimação de maneira correta e segura, mantendo-os acomodados confortavelmente e sem colocar a saúde dos animais em risco. O resultado disso é que a falta de regulamentação para este serviço resulta em veículos sem estrutura.

Em cumprimento ao pedido do MPE, o CRMV/MS (Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul) vistoriou, na primeira semana de junho, a condição destes locais nos ônibus das nove empresas que fazem trajetos dentro do Estado. A ação foi acompanhada por representantes da Agepan (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul) no Terminal Rodoviário de Campo Grande e garagens das empresas regulamentadas.

Na vistoria, foi constatado que das oito empresas que fazem o transporte de animais, nenhuma tem local apropriado, apresentando falta de ventilação e renovação de ar, iluminação



Empresas de transporte intermunicipal passaram por vistoria para verificar se há condição de locomoção de animais

inadequada e ausência de isolamento térmico em seus bagageiros.

“Esta situação fere os princípios de liberdade do animal, expondo-o a situações que podem configurar maus-tratos”, explica o presidente do CRMV/MS, João Vieira de Almeida Neto. Para a garantia do bem-estar de um animal, a FAWC (Farm Animal Welfare Council) define as condições necessárias para promover esse estado: manter os animais livres de fome e sede; livres de desconforto; livres de dor, ferimentos e doenças; livres de medo e angústia; e livres para expressar seu

comportamento natural.

Conforme relatório da fiscalização, a distância entre o assoalho do bagageiro e o asfalto em uma via é de aproximadamente 42 centímetros e não há isolamento térmico neste ambiente, o que pode facilitar a transmissão de calor; visto que o Estado registra alta temperatura na maior parte do ano. Somado a isto, a inexistência de sistema de renovação de ar e a concentração de gás carbônico (gás resultante da respiração dos animais) tende a aumentar e a de oxigênio diminuir, o que possibilita ocorrer morte por asfixia. Não há ainda, se-

gundo as empresas, limitação de quilometragem ou tempo de viagem para transportar os animais.

O problema é que o transporte de animais domésticos no serviço rodoviário intermunicipal de transporte coletivo de passageiros ainda não é regulamentado em Mato Grosso do Sul. Em alguns Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, já existe a regulamentação que impõe limite de tempo e distância de viagem, sendo o transporte realizado dentro do ônibus, com seu proprietário, garantindo dessa forma, o direito do cidadão de transportar seu animal de estimação.

Estrutura é para passageiros, afirma diretor da Agepan

De acordo com Ayrton Rodrigues, diretor de Transportes da Agepan (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul), o sistema de transporte que existe atualmente é pensado para passageiros e bagagens. Não é um veículo criado para transporte de animais. “O nosso entendimento é que essa é uma legislação relacionada muito mais à questão de saúde sanitária do que de passageiros. A Agepan cuida da regulamentação de transporte de pessoas e suas bagagens e encomendas. A estrutura não é elaborada para transportar os animais e sim os passageiros e as bagagens. Para oferecer o serviço de transporte de animais e isso regularizasse teria que mudar a estrutura dos ônibus porque eles não foram criados para transportar os

animais, são criados com compartimentos apenas para bagagens. Quem deveria ter algum disciplinamento seria os órgãos de saúde sanitária. Estamos aguardando o CRMV e o MPE para discutir essa questão”, explicou.

O diretor lembrou que se mudar a estrutura, vai ter um custo para empresas e isso acaba caindo nas tarifas. “A demanda para isso é muito pequena e na grande maioria dos casos não há problemas.

A empresa tem a responsabilidade de transportar a pessoa e sua bagagem e não obrigatoriamente o animal. Cabe ao dono do animal levar em consideração as variáveis do tempo no dia da viagem e vai do bom senso em colocar o animal em riscos desnecessários já que as empresas hoje não são regulamentadas

a oferecerem esse tipo de serviço e não são estruturadas para isso”, ressaltou.

Em 60 dias, delegacia recebeu mais de 100 denúncias de maus-tratos

Para Rosely Molina, delegada titular da Decat (Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista), é fundamental que criem normas e regulamentem o transporte de animais no Estado. “Há a necessidade de as empresas de transporte junto aos órgãos públicos de regularizarem essa situação. Enquanto isso não acontece, não aconselhamos que os donos dos bichinhos os levem nos ônibus, porque caso aconteça alguma coisa, eles não terão amparo legal para agir. Ainda em caso de maus-tratos,

vamos apurar a denúncia, mas é importante que regulamente isso para acolher o animal e transportá-lo de maneira correta”, opinou

Molina informou que nos últimos 60 dias foram recebidas 104 denúncias de maus-tratos a animais em Campo Grande. “Existe um canal em que a pessoa que vem à delegacia, faz a denúncia, recebe um retorno das equipes que vão até o local verificarem a situação do animal. Por isso é importante que as pessoas denunciem na delegacia, e não apenas pelo Facebook. Temos equipes de prontidão que farão as vistorias conforme as denúncias”, completou a delegada. (NL)

SERVIÇO – O telefone da Decat para denúncias é o (67) 3325-2567.

Santo Eugênio

Escombros de barracos incomodam moradores

Gabriel Neris

Escombros de barracos que foram demolidos de uma antiga favela da rua Mamanguape, no bairro Santo Eugênio – região sul de Campo Grande –, ainda incomodam moradores da região. Em setembro de 2014, 15 famílias foram transferidas do local para o Residencial José Macksoud, como parte das ações da obra do Complexo Bálsamo.

A prefeitura recebeu em julho do ano passado uma solicitação para a remoção do entulho, mas um ano depois a situação é a mesma. No local ficaram ruínas dos antigos barracos e lixo.

Em julho do ano passado o vereador Eduardo Romero (Rede Sustentabilidade) encaminhou um ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação) solicitando a

remoção do material. Em fevereiro deste ano o parlamentar reencaminhou o pedido, ainda por fazer.

Moradores afirmam que a área da antiga favela se tornou criadouro de mosquitos transmissores de doença, ratos, baratas e escorpiões, além de ser um lixão a céu aberto. Outras pessoas aproveitam para jogar mais detritos no local.

“Uma área destas é um

facilitador de problemas, tanto de segurança pública quanto de saúde. A prefeitura precisa, por meio de suas secretarias e fundações iniciar trabalhos e finalizá-los. A área é um exemplo de serviço feito pela metade”, criticou o vereador Eduardo Romero.

A prefeitura foi procurada pela equipe de reportagem, mas não respondeu à solicitação até o fechamento desta edição.